



DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Projeto: *Desenvolvimento com Justiça Socioambiental*

1-Contexto

A Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) desde 1991 atua no Sudoeste do Estado do Pará, mais especificamente na área de influência da Região da Transamazônica e Xingu, com o objetivo de romper com o paradigma de “*desenvolver a qualquer custo*”, imposto pelo o governo federal quando da colonização/ocupação desordenada da região no início da década de 1970, onde desmatar e queimar a floresta eram a ordem do dia. Desde então, a FVPP busca contribuir para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, fortalecendo iniciativas econômicas que promovam o bom uso dos recursos naturais, a gestão participativa dos territórios, uma economia de base diversificada e plenos benefícios sociais às populações rurais e urbanas da região. Nesse processo, busca apoiar o apoio à luta pela terra com ênfase no ordenamento fundiário que garanta a distribuição das terras de forma justa e responsável.

Tem como um dos eixos de atuação “*a gestão dos recursos naturais, conciliado ao desenvolvimento da produção agrícola familiar sustentável, a consolidação das unidades de conservação*”, com um histórico de execução de vários projetos voltados para: organização e mobilização da sociedade civil, zoneamento ecológico e econômico com ênfase na preservação permanente e na garantia do equilíbrio entre produção e sustentabilidade, implementação e desenvolvimento da educação do campo, com destaque para o Projeto Casas Familiar Rural, regularização fundiária e ambiental (apoio a luta pela criação das UCs, PDS e Projetos de Assentamentos, e realização de atividades voltadas ao georreferenciamento, elaboração de LAR, CAR, AFAR, outros). Outro foco de atuação é o fortalecimento da agricultura familiar conciliando produção sustentável e redução do desmatamento, através de fomento as atividades produtivas de base agroecológica como o Roça Sem Queimar, Plantio direto, Programa regional de Produção orgânica e apoio as ações de verticalização da produção, com destaque para a fábrica chocolate em Medicilândia e várias beneficiadoras de frutas, queijos e farinhas presentes na maioria dos municípios de sua área de atuação.

A área de abrangência deste projeto, o Território da Transamazônica e Xingu, é formado pelos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, totalizando 250.791,94 km² (15,5% da extensão total do Estado do Pará). Temos vivido tempos difíceis no tocante às questões fundiárias e ambientais nessa região. Fruto de muita luta dos movimentos sociais, nos anos de 2003 a 2015 tivemos grandes conquistas no setor: o ZEE, a criação das UCs, criação dos projetos de assentamentos da reforma agrária, demarcação de terras indígenas, atualização de marcos legais (incluindo o Novo Código Florestal Brasileiro), reconhecimento das comunidades e povos tradicionais, implementação de políticas públicas específicas e fortalecimento dos órgãos de controle. E isso, contribuiu para uma mudança significativa na forma de pensar o uso da terra e a relação com a floresta. Contribuiu ainda, para uma diminuição dos conflitos agrários, que até 2005 ceifou a vida de vários líderes da agricultura familiar na região, a exemplo de Ademir Federicci (Dema), do Brasília em Castelo de Sonhos e Dorothy Stang em Anapu.

No entanto, a partir de 2017 e com maior força em 2018-2019 as ações de governo como revogação/diminuição de áreas protegidas, corte de orçamento do INCRA, desmonte da Terra Legal, desmobilização do Fundo Amazônia, perseguição as ONGs, além dos posicionamentos pouco criteriosos do próprio presidente e seus ministros, tem provocado grande retrocesso na pauta ambiental e agrária na Amazônia e deixado claro a tendência de apoio ao agronegócio e grandes latifúndios em detrimento da agricultura familiar. No dia 09/09/2019, no município de Altamira aconteceu uma audiência pública que discutiu a pauta fundiária e ambiental, com a presença dos presidentes do INCRA e ICMBIO e do Ministério da Agricultura e a presença de mais de três mil pessoas ligadas a esses setores. De acordo com os debates empreendidos na audiência três pontos são relevantes/preocupantes: primeiro o grande interesse dos fazendeiros e monocultores em continuar avançando sobre a floresta, cometendo crimes ambientais e desejosos de que os órgãos fiscalizadores façam “vistas grossas” (o que



DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

significaria um retorno a fase do desenvolvimento a qualquer preço); segundo, e o que mais nos anima nessa conjuntura atual, é que existe um grande interesse por parte de médios e pequenos agricultores familiares em regularizar suas terras e suas atividades produtivas demandando apoio para esse fim; e terceiro, a ausência de uma estratégia clara de atuação do governo federal no sentido de equilibrar esses dois interesses antagônicos e a total fragilidade de suas autarquias e órgãos, em sua grande maioria sucateada e sem equipe para realizar as atividades necessárias.

A região oeste paraense, de acordo com dados do INPE (2017) possui a maior quantidade de ecossistemas florestais e recursos hídricos preservados na Amazônia Oriental, além de possuir grandes reservas de minérios com destaque para bauxita, calcário e ouro. As principais atividades produtivas estão baseadas na pecuária, pesca, extrativismo, mineração industrial, garimpo, comércio, e, principalmente, na agricultura familiar que detém 86% dos estabelecimentos agrícolas, mas ocupa apenas 37% da área total dos estabelecimentos agropecuários, o que torna evidente a **concentração de terra** que ainda predomina na região. Importante destacar que a concentração de terra é a principal responsável por outros problemas maiores como o desmatamento e o conflito agrário que voltaram a crescer nesse período.

Nosso capital florestal está ameaçado pela exploração ilegal de madeira e pelo desmatamento descontrolado, já que nessa região ocorrem os maiores focos do desmatamento recente na Amazônia. Segundo dados do IPAM (2019) nos últimos 34 anos a Amazônia perdeu 47 milhões de hectares de floresta natural e teve um avanço de 86 milhões de hectares em atividades agropecuárias. E claro, o aumento do desmatamento serve como alimento para os focos de queimadas que tem chamado a atenção do Brasil e do mundo nos últimos meses e que não tem previsão de solução imediata, carecendo de ações urgentes dos governos e sociedade no combate a essas práticas. Na dinâmica do desmatamento, os agricultores familiares atuam como “barreira” contra a expansão das grandes frentes de desmatamento causadas pelas fazendas de pecuária extensiva e do agronegócio/monocultura. Quanto ao conflito agrário, existe hoje uma pressão latifundiária, aliada a falta de política agrária que tem ameaçado as unidades de conservação, os projetos de assentamentos, que apesar de criados nunca foram consolidados com políticas públicas abrangentes, e o mais agravante, os assassinatos no campo, devido à luta pela terra, voltou a fazer parte do dia a dia dos agricultores dessa região.

Tanto o desmatamento quanto o conflito agrário são problemas que afetam diretamente o desenvolvimento com justiça socioambiental tão necessários para essa região ao longo de sua história e que carecem de ações estratégicas de atuação tanto por parte do poder público como parte da sociedade civil organizada. Visando contribuir com esse objetivo apresentamos o Projeto *Desenvolvimento com Justiça Socioambiental*, que tem como objetos o mapeamento da luta pela terra, campanha de combate ao desmatamento e apoio jurídico e técnico aos setores marcados pelo acirramento da grilagem de terras e conflitos agrários. Ressaltando que as ações e atividades aqui elencadas estão alinhadas as diretrizes e objetivos do Plano de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Pará (2019-2030), que traz em seu bojo um conjunto de demandas e ações voltadas para a efetivação do desenvolvimento com justiça socioambiental nas regiões de fronteira da Amazônia.

2-Desafios/Problemas

- Avanço do desmatamento, grilagem de terras e conflitos agrários nas áreas de florestas da região, principalmente nos assentamentos e unidades de conservação.
- Falta de informações básicas sobre práticas alternativas de produção sustentável que contribuam para mitigar o avanço do desmatamento.
- O gargalo da indefinição fundiária, falta de regularização ambiental, provocando o avanço do agronegócio e o aumento dos conflitos agrários.

3- Objetivos

DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Geral: Apoiar ações de combate à grilagem de terras, conflitos agrários e ao desmatamento, visando à proteção do território e o monitoramento de pressões e ameaças sofridas pelo setor na região da Transamazônica e Xingu.

Específicos:

1-Realizar um Diagnóstico atualizado do Mapa do Conflito Agrário, tendo como foco os projetos de assentamentos, as unidades de conservação, terras indígenas e projetos de desenvolvimento sustentáveis da região.

2-Disseminar ampla campanha de redução do desmatamento, apresentando experiências alternativas para o uso sustentável da terra.

3-Contribuir com apoio jurídico e técnico a grupo, instituições e pessoas ameaçadas em áreas com predominância de conflitos agrários e grilagem de terra na região, acompanhando nos processos judiciais e nas denúncias.

4-Localização da Iniciativa

O projeto tem como área de abrangência os dez municípios do Território da Transamazônica e Xingu (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu). Tem como público prioritário homens e mulheres agricultores/agricultoras familiares, assentados da reforma agrária, lideranças das associações das RESEXs, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, jovens das Casas Familiares Rurais e organizações parceiras, com capacidade de alcançar um público direto de 500 pessoas.

5- Atividades /Cronograma

Ações/Atividades	Tempo de Execução (08 Meses)							
	01	02	03	04	05	06	07	08
1.1. Realização de Reunião Regional para apresentação do projeto e consolidação de parcerias (alimentação, transporte e hospedagem para 30 pessoas/01 dia).	X	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Seleção e Contratação de Equipe do Projeto	X	X	X	X	X	X	X	X
1.3. Contratação de Consultoria para Diagnóstico Conflito Agrário e desmatamento (Mapeamento das Pressões e Ameaças).	X	X	X	X	-	-	-	-
2.1. Elaboração e Impressão de Materiais para campanha de Redução do Desmatamento na Transamazônica e Xingu (Folder- tamanho A3 colorido frente e verso e Cartazes Colorido Papel coche 115 gramas).	X	X	-	-	-	-	-	-
2.2. Trabalho de Campo – Mobilização para as Oficinas Municipais.	-	X	X	X	X	-	-	-
2.3. Realização de 08 Oficinas Municipais para lançamento e disseminação e Campanhas de Redução do Desmatamento (sendo 40 pessoas por oficina/02 dias alimentação e hospedagem). Conteúdo das Oficinas: Legislação Ambiental, Noções Básicas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Práticas Alternativas de Produção sustentável e Lançamento da Campanha e distribuição dos materiais informativos da campanha.	-	X	X	X	X	X	-	-
3.1. Visitas de mobilização para a Reunião Ampliada Regional	-	-	-	X	X	-	-	-
3.2. Realização de Reunião Ampliada com grupos de agricultores das áreas ameaçadas pela grilagem de terras, desmatamento e conflitos agrários nos municípios da região tendo como conteúdo da reunião: Apresentação do Diagnóstico Situacional das Áreas Atingidas pela grilagem de terras e conflitos agrários, palestras e orientações com órgão do setor: SEMA, SEMAT, MPF, ICMBIO, DPE/DPU, Vara Agrária,	-	-	-	-	-	-	X	-



DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

INCRA, CPT, ISA, IPAM, Fetagri, entre outros. Orientação Técnica e Jurídica e Elaboração de Documentos. (Sendo transporte intermunicipal, alimentação, hospedagem para 40 pessoas/02 dias).									
3.3. Contratação de Assessoria Jurídica para apoio aos grupos ameaçados e na elaboração de documentos destinados ao MPF e outras instâncias legais.	-	-	-	-	X	X	X	X	
Realização das Atividades de Encerramento do Projeto	-	-	-	-	-	-	-	-	X
6-Principais Metas e Entrega dos Produtos									
<p>1-Mobilização de parcerias estratégicas em dez municípios da Transamazônica e Xingu, com capilaridade para mobilizar e apoiar as ações do projeto.</p> <p>2-Mapeamento/Diagnóstico atualizado do Conflito Agrário e Desmatamento na Região (identificando pressões e ameaças)</p> <p>3- Capacitação de 400 pessoas sobre estratégia de produção sustentável e disseminação de práticas alternativas para o uso sustentável da terra, visando disseminação da campanha contra desmatamento.</p> <p>4-Lançamento da Campanha de Redução do Desmatamento em todos os municípios do Oeste do Pará (com Distribuição de Material).</p> <p>5- Organizações e agricultores mobilizados, fazendo o debate sobre as consequências da grilagem de terras e conflitos agrários na região e recebendo apoio jurídico e técnico para o processo de denúncias junto ao ministério público e outras instâncias legais.</p>									
7- Parceiros									
A FVPP atua através de uma rede de organização que constituem sua base nos municípios da área de abrangência. Para esse projeto aponta como possíveis parceiros:									
ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO					APOIO TÉCNICO (NÃO FINANCEIRO)				
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos Municípios					Mobilização/organização do público beneficiário, apoio logístico na realização dos eventos municipais.				
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI					Mobilização/organização do público beneficiário, apoio logístico na realização dos eventos municipais e disseminação das campanhas de redução do desmatamento desenvolvidas pelo projeto.				
Casas Familiares Rurais dos Municípios e ARCAFAR-PA.					Mobilização/organização do público beneficiário, apoio logístico na realização dos eventos municipais, cedência do espaço para realização de 03 oficinas.				
Instituto de Pesquisa da Amazônia - IPAM					Cedência de dados, materiais informativos e mobilização/organização eventos.				
Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará Ideflor e CEPLAC					Orientação Técnica/Seleção e Plantio de Mudas				
Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura					Mobilização, cedência de dados e técnicos para realização das atividades de capacitação e campo.				
Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz					Mobilização/organização do público beneficiário, apoio logístico na realização dos eventos municipais, cedência do espaço para realização das oficinas.				
8- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável									
Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/ODS (ONU – 2015-2030) a missão da FVPP vai ao encontro da maioria dos ODS. As ações realizadas pelo Projeto <i>Desenvolvimento com Justiça Socioambiental</i> em particular, dialogam diretamente com: ODS 13 – Combate as Alterações Climáticas – o projeto tem como meta ações mitigadoras do desmatamento e das queimadas na Amazônia, contribuindo diretamente para melhoria do clima e da qualidade de vida das pessoas. ODS – 15 – Vida Sobre a Terra, o projeto busca desenvolver debates sobre as consequências do desmatamento e incentivar a formação de aliança pelo uso sustentável da terra, assegurando os serviços ambientais que a floresta e outros ecossistemas proveem. Além disso, o projeto pretende contribuir com o ordenamento fundiário e regularização ambiental do território, monitorando a pressão e ameaças, apoiando a luta pela terra, tendo como foco a diminuição dos conflitos agrários na região de abrangência.									
09- Orçamento – no prazo de Execução									

DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Rubrica	Tempo de Execução (08 Meses)								Total
	01	02	03	04	05	06	07	08	
Pessoal (01 Coordenador/Técnico e 01 Bolsista).	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	32.000,00
Diárias de Campo Equipe do Projeto (mobilizações e viagens oficinas municipais)	-	-	2.000,00	-	-	2.000,00	-	-	4.000,00
Consultoria/ Diagnóstico	-	-	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-	10.000,00
Diárias de Campo para Mapeamento e Mobilização dos grupos de agricultores em áreas atingidas pelo acirramento grilagem de terras, desmatamento e conflitos agrários nos municípios sendo dois dias por município 20 diárias X100,00	-	-	2.000,00	-	-	-	-	-	2.000,00
Combustível Veículos Equipe	5.000,00	-	-	-	-	-	5.000,00	-	10.000,00
Manutenção Veículos	5.000,00	-	-	-	-	-	-	-	5.000,00
Passagens Aéreas	-	-	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-	10.000,00
Aquisição de Alimento Reunião Regional de Apresentação do Projeto e Consolidação de parcerias em Altamira sendo 01 dia Café, Almoço e Lanche para 30 pessoas.	1.800,00	-	-	-	-	-	-	-	1.800,00
Ajuda de custo para transporte intermunicipal participantes da Reunião Regional de Apresentação do Projeto e Consolidação de parcerias em Altamira sendo 02 pessoas por município.	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-	3.000,00
Confecção/Arte de Folder e Cartaz para Campanha de Prevenção ao uso do Fogo	1.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.000,00
Impressão Gráfica de 10 mil Folders Informativo para Campanha formato A3 (frente e verso) colorido papel coche sendo 1,20 reais X 10 mil unidades	-	12.000,00	-	-	-	-	-	-	12.000,00
Impressão Gráfica de 10 mil Cartazes-Calendarário para Campanha (Formato papel coche 115) colorido sendo 1,00 real por unidade X 10 mil unidades.	-	10.000,00	-	-	-	-	-	-	10.000,00
Aquisição de Alimentação para Realização de 08 Oficinas Municipais de lançamento e	-	-	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	-	20.000,00

DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

disseminação da Campanhas de prevenção ao uso do fogo (sendo 40 pessoas por oficina/01 dia café da manhã, almoço, lanches) 08 oficinas X 2.500,00									
Aquisição Serviço de Transporte (área rural até a sede do município) aos participantes das oficinas – sendo 08 oficinas X 500,00.	-	-	500,00	500,00	500,00	500,00	-	-	4.000,00
Aquisição Serviço de Hospedagem/aluguel de espaços aos participantes das oficinas – sendo 05 oficinas X 500,00 (as outras três oficinas serão feitas nas CFRs)	-	-	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	-	2.500,00
Serviço Reprografia/Xerox de apostilas para as oficinas municipais dos conteúdos: Legislação Ambiental, Noções Básicas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Práticas Alternativas ao Desmatamento e Uso do Fogo, sendo 40 apostilas X10 oficinas= 400 apostilas no valor de 7,50 reais cada.	-	3.000,00	-	-	-	-	-	-	3.000,00
Aquisição de material didático impressão de apostilas, aquisição de 20 pastas com elástico, 01 caixa de caneta, 01 rolo de fita. 20 pranchetas, 05 resmas de papel A4, 02 cartuchos coloridos hp664 e 02 cartuchos preto hp 664)	2.000,00	-	-	-	-	-	-	-	2.000,00
Aquisição de Alimentação para Reunião Regional Ampliada com grupos de Agricultores em áreas	-	-	-	-	-	-	4.800,00	-	4.800,00
Serviço de Transporte Intermunicipal para Reunião Regional Ampliada sendo em média 200, 00 por pessoa X 40 pessoas	-	-	-	-	-	-	8.000,00	-	8.000,00
Serviço de Hospedagem dos participantes da Reunião Regional Ampliada sendo 01 diária 80,00 X 30 pessoas	-	-	-	-	-	-	4.800,00	-	4.800,00
Locação de espaço Reunião Regional Ampliada – duas diárias/1000,00Seminário	-	-	-	-	-	-	2.000,00	-	2.000,00
Contratação de Assessoria Jurídica para apoio aos grupos ameaçados e na elaboração de documentos destinados ao MPF e outras instâncias legais.					5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00



DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Subtotal:						171.900,00			
Taxa/ADM Overhead (4,7%)	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.079,30	8.079,30
Total do Projeto: R\$. 179.979,30									

10- Contrapartida Instituição Proponente – Não Financeira

- Diárias de Veículos (Carro e Motos) para realização das atividades do Projeto
- Disponibilidade de 02 Notebooks, 01 Data Show, 01 Caixa de Som e Microfones (Kit exclusivo p/ o projeto)
- Horas/Serviço de Profissional Técnico Administrativo para apoio na gestão financeira do projeto (aquisições e serviços bancários), relatórios e prestações de conta, durante os 08 meses de execução.

11- Contatos

Nome/Função	Contatos
Antonia Pereira Martins – Coord. Geral da FVPP	(93) 992446208 – E-mail: toinhaxingu@yahoo.com.br
João Batista Uchôa Pereira – Sec. Articulação Institucional/FVPP – Apoio à gestão e execução do projeto.	(93) 991429138 – E-mail: jbarcafar@yahoo.com.br
Maria Aparecida Brandão Monte – Coord. Financeira FVPP – Responsável Técnica pelo projeto.	(93) 991350098 – E-Mails: lyabrandão2018@gmail.com ou fvppaltamira@yahoo.com.br